

CURSO: DIREITO		CAMPUS: ALFENAS	
SEMESTRE: 2	ANO: 2022	C/H: 33	AULAS: 40

DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL

PLANO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:

- Identificar a estrutura normativa do direito ambiental brasileiro, bem como dos institutos legais cuja implementação requer uma substancial contribuição do conhecimento científico;
- Analisar, do ângulo jurídico, os principais temas relacionados ao meio ambiente, demonstrando conhecimentos dos princípios gerais da matéria e das questões primordiais ligadas aos demais ramos do direito;
- Desenvolver no aluno a capacidade de avaliação crítica da atual problemática ambiental em que estamos inseridos, fomentando seu posicionamento ético e consciente;
- Desenvolver no discente capacidade técnica para que o mesmo possa vir a ter uma atuação profissional na seara ambiental, utilizando-se os meios judiciais e extrajudiciais de forma científica.

EMENTA: Conceito jurídico de meio ambiente, Direito Ambiental Internacional, Direito Ambiental Constitucional, Princípios do Direito Ambiental, Política Nacional do Meio Ambiente, Sistema Nacional do Meio Ambiente, Sistema Nacional de Resíduos Sólidos, Responsabilidade Civil Ambiental, Responsabilidade Administrativa Ambiental e Responsabilidade Penal Ambiental

METODOLOGIA:	Exposição Dialogada:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Estudo de caso:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>
	Trabalho de grupo:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Seminário:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Debate:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Painel:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>
	TBL:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	Fórum/Chat:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>
	PBL:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	PBLe:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>
	Aula invertida:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	Tempestade Cerebral (Brainstorming):	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>
	Mapa Conceitual:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	Dramatização/ Role Play:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>

RECURSOS AUXILIARES:	Computador:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	AVA*:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Vídeos:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Atividades clínicas:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>
	Projektor Multimídia :	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Lousa:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Álbuns Seriados:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	Internet:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Slides:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Laboratório:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>
	Manequins:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	Vídeo conferência:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>
	Lousa Eletrônica:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	Prancheta Digitalizadora:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>

*Ambiente Virtual de Aprendizagem

AVALIAÇÃO:	Discursiva:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Prática:	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input checked="" type="checkbox"/>
	Múltipla escolha:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Trabalhos de pesquisa:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
	Oral:	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Amorim, João Alberto Alves. **A ONU e o meio ambiente - direitos humanos, mudanças climáticas e segurança internacional e o século XXI**. São Paulo - SP - Brasil: Atlas, 2015.

Melo, Fabiano. **Direito ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro - RJ - Brasil: Forense, 2017.

Antunes, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 20. ed. São Paulo - SP - Brasil: Atlas, 2019. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788597016819 Disponível em: . Acesso em: 03 de Agosto de 2020.

VEREDAS DO DIREITO. Belo Horizonte-MG: Editora Dom Helder (EDH), 2004-2019. ISSN 2179-8699. *versão online*. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/index>. Acesso em: 25 set. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Medeiros, Fernanda Luiza Fontoura de. **Ambiental**. 7. ed. São Paulo - SP - Brasil: Método, 2015.

Machado, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 22. ed. São Paulo - SP - Brasil: Malheiros Editores Ltda, 2014.

Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental bra**. 19. ed. São Paulo - SP - Brasil: Saraiva, 2018.

Silva, José Afonso da. **Direito ambiental constitucion**. 7. ed. São Paulo - SP - Brasil: Malheiros Editores Ltda, 2009.

Antunes, Paulo de Bessa. **Manual de direito ambiental - de acordo com o Novo Código Florestal (Lei nº12.651/12 e Lei nº 12.727/12)**. 6. ed. São Paulo - SP - Brasil: Atlas, 2015. Ebook. (1 recurso online). ISBN 9788597001525 Disponível em: . Acesso em: 03 de Agosto de 2020.

REVISTA DIREITO AMBIENTAL E SOCIEDADE. Caxias do Sul - RS: EDUCS - Editora da Universidade de Caxias do Sul - UCS, 2011-2019. ISSN 2237-0021. *versão online*. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental>. Acesso em: 25 set. 2019.

SEMESTRE: 2	ANO: 2022	C/H: 33	AULAS: 40
CURSO: DIREITO		CAMPUS: ALFENAS	
DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL			
PLANO DE ENSINO-APRENDIZAGEM			
CONTEÚDOS			
<p>1.1 Conceito jurídico de meio ambiente 1.2 Classificação de meio ambiente 1.3 Meio ambiente como um bem de uso comum do povo 1.3.1 Meio ambiente como macrobem e os microbens ambientais 1.4 Antropocentrismo e biocentrismo 1.5 Expressões recorrentes no direito ambiental 1.5.1 Preservação, conservação e proteção integral 1.5.2 Biota, biótico, abiótico e biocenose 1.5.3 Intervenções antrópicas 1.5.4 Degradação ambiental 1.5.5 Poluição 1.6 Justiça ambiental</p> <p>2 Direito ambiental internacional 2.1 A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano 2.2 O Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum) 2.3 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento 2.3.1 Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento 2.3.2 Agenda 21 2.3.3 Convenção-quadro sobre Mudança do Clima 2.3.3.1 Acordo de Paris 2.3.4 Convenção sobre Diversidade Biológica 2.3.5. Declaração de Princípios sobre Florestas 2.4 Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) 2.5 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20</p> <p>3 Direito Ambiental Constitucional 3.1 Competências Constitucionais em matéria ambiental 3.2 Competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal 3.3 Competência administrativa comum 3.4 Lei complementar nº 140/2011 3.5 Divisão das demais competências constitucionais 3.5.1 Competência administrativa exclusiva da União 3.5.2 Competência legislativa privativa da União 3.5.3 Competência legislativa exclusiva dos Estados-membros 3.5.4 Competência administrativa exclusiva dos Municípios 3.5.5 Competências legislativas do Município</p> <p>4 Princípios do Direito Ambiental 4.1 Princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental 4.2 Princípio do desenvolvimento sustentável 4.3 Princípio da solidariedade intergeracional 4.4 Princípio da função socioambiental da propriedade 4.5 Princípio da prevenção 4.6 Princípio da precaução 4.6.1 Prevenção x precaução 4.6.2 Inversão do ônus da prova 5.8 Princípio do poluidor-pagador 4.7 Princípio do usuário-pagador 4.8 Princípio do protetor-recebedor 4.9 Princípio da informação ambiental 4.10 Princípio da participação comunitária 4.11 Princípio da educação ambiental 4.12 Princípio da cooperação 4.13 Princípio da natureza pública da proteção ambiental 4.14 Princípio da proibição de retrocesso ecológico 4.15 Princípio do progresso ecológico</p> <p>5 Política Nacional do Meio Ambiente 5.1 Princípios da política nacional 5.2 Objetivos da política nacional 5.2.1 Objetivo geral 5.2.2 Objetivos específicos 5.3 Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente 5.3.1 Padrões de qualidade ambiental</p>			

5.3.2 Zoneamento ambiental
5.3.3 Avaliação de Impactos Ambientais
5.3.4 Licenciamento ambiental
5.3.5 Sistema nacional de informações sobre o meio ambiente
5.3.6 Cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental
5.3.7 Relatório de qualidade do meio ambiente
5.3.8 Instrumentos econômicos
5.3.8.1 Servidão ambiental
5.3.8.2 Licenciamento ambiental

6 Sistema nacional do meio ambiente
6.1 Estrutura do Sisnama
6.1.1 Conselho de Governo
6.1.2 Conselho Nacional do Meio Ambiente
6.1.2.1 Competências
6.1.2.2 Atos do Conama
6.1.2.3 Estrutura do Conama
6.1.2.4 Plenário
6.1.2.5 Câmara Especial Recursal
6.1.3 Ministério do Meio Ambiente
6.1.4 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
6.1.5 Instituto Chico Mendes
6.1.6 Órgãos ambientais estaduais
6.1.7 Órgãos ambientais municipais

7 Estudo prévio de impacto ambiental
7.1 Base legal
7.2 Conceito
7.2.1 EIA x Rima
7.2.2 EPIA x EIA
7.3 Função do EIA
7.4 Natureza jurídica
7.5 Pressuposto
7.6 Momento de realização
7.7 Definição de impacto ambiental
7.8 Atividades sujeitas ao EIA
7.9 Requisitos do EIA
7.9.1 Diretrizes gerais do EIA
7.9.2 Estudos e atividades técnicas do EIA
7.10 Conteúdo mínimo do Rima
7.11 Equipe técnica multidisciplinar
7.11.1 Responsabilidade do empreendedor e da equipe multidisciplinar
7.12 Sigilo industrial
7.13 Audiência pública
7.14 Decisão do órgão ambiental

8 Licenciamento ambiental
8.1 Base legal do licenciamento ambiental
8.2 Fundamento do licenciamento ambiental
8.3 Natureza jurídica
8.4 Competência para o exercício do licenciamento ambiental
8.5 Conceito de licenciamento ambiental
8.6 Licença ambiental
8.7 Tipos de licenças ambientais
8.7.1 Licença prévia
8.7.2 Licença de instalação
8.7.3 Licença de operação
8.8 Renovação da licença
8.9 Procedimentos para requerer as licenças ambientais
8.10 Distribuição de competências no licenciamento ambiental
8.10.1 Licenciamento da União
8.10.2 Licenciamento dos Estados-membros
8.10.3 Licenciamento municipal
8.10.4 Licenciamento do Distrito Federal
8.10.5 Licenciamento em Áreas de Proteção Ambiental (APAs)
8.11 Revisibilidade das licenças ambientais
8.11.1 Anulação
8.11.2 Revogação
8.11.3 Cassação

9 Recursos hídricos
9.1 Fundamentos
9.2 Objetivos
9.3 Diretrizes gerais
9.4 Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos
9.4.1 Planos de Recursos Hídricos
9.4.2 O enquadramento dos corpos de água em classes
9.4.3 Outorga de direitos de uso dos recursos hídricos

- 9.4.4 A cobrança pelo uso de recursos hídricos
- 9.4.5 A compensação a municípios
- 9.4.6 O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos
- 9.4.7 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

10 Política nacional de resíduos sólidos

- 10.1 Noções introdutórias
- 10.2 Objeto
- 10.3 Normas correlatas aos resíduos sólidos
- 10.4 Sujeitos da PNRS
- 10.5 Da inaplicabilidade aos rejeitos radioativos
- 10.6 Conceitos importantes
- 10.7 Princípios e objetivos da PNRS
- 10.8 Instrumentos da política nacional de resíduos sólidos
- 10.9 Diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos
 - 10.9.1 Ordem de prioridade na gestão e gerenciamento de resíduos
 - 10.9.2 Tecnologias de recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos
 - 10.9.3 Gestão integrada ao Distrito Federal e aos municípios e incumbências dos estados
 - 10.9.4 Sistema nacional de informações sobre a gestão dos resíduos sólidos (Sinir)
- 10.10 Classificação dos resíduos sólidos
- 10.11 Planos de resíduos sólidos
 - 10.11.1 Plano nacional de resíduos sólidos
 - 10.11.2 Plano estadual de resíduos sólidos
 - 10.11.2.1 Vigência e conteúdo mínimo do plano estadual de resíduos sólidos
 - 10.11.3 Planos microrregionais e planos específicos às regiões metropolitanas
 - 10.11.4 Dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos
 - 10.11.5 Plano de gerenciamento de resíduos sólidos
 - 10.11.5.1 Obrigatoriedade
 - 10.11.5.2 Conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos
 - 10.11.5.3 Responsável técnico
 - 10.11.5.4 Plano de gerenciamento de resíduos sólidos e licenciamento ambiental
 - 10.12 Responsabilidades dos geradores e do poder público
 - 10.12.1 Responsabilidade no plano de gerenciamento de resíduos sólidos
 - 10.12.2 Responsabilidade do gerador de resíduos domiciliares
 - 10.12.3 Responsabilidade do poder público
 - 10.12.4 Responsabilidade civil, penal e administrativa
 - 10.13 Responsabilidade compartilhada
 - 10.13.1 Fabricação de embalagens
 - 10.14 Logística reversa
 - 10.14.1 Conceito
 - 10.14.2 Obrigatoriedade
 - 10.14.3 Ampliação da logística reversa
 - 10.14.4 Devolução na logística reversa
 - 10.15 Saneamento básico LEI N° 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020

11 Responsabilidade civil ambiental

- 11.1 Conceito de dano ambiental
- 11.2 Classificação do dano ambiental
- 11.3 Reparação do dano ambiental
 - 11.3.1 Cumulação dos pedidos
- 11.4 Prescrição da pretensão reparatória
- 11.5 Do poluidor 12.6.1 Da solidariedade
- 11.6 Da responsabilidade objetiva
- 11.7 Teorias do risco criado e do risco integral
- 11.8 Responsabilidade do estado por danos ambientais

12 RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

- 12.1 Infrações administrativas ambientais
- 12.2 Competência para a lavratura do auto de infração
- 12.3 Responsabilidade objetiva ou subjetiva
- 12.4 Das sanções e dosimetria
- 12.5 Da advertência
- 12.6 Da multa simples e multa diária
- 12.7 Apreensão
- 12.8 Destruição ou inutilização do produto
- 12.9 Suspensão de venda ou fabricação de produto
- 12.10 Suspensão parcial ou total de atividades
- 12.11 Embargo de obra ou atividade
- 12.12 Demolição de obra
- 12.13 Sanções restritivas de direitos

13 DA RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL

- 13.1 Responsabilidade penal das pessoas físicas
- 13.2 Responsabilidade penal da pessoa jurídica
- 13.3 Penas aplicáveis às pessoas jurídicas
 - 13.3.1 Multa
 - 13.3.2 Penas restritivas de direitos
 - 13.3.3 Prestação de serviços à comunidade

13.4 Liquidação forçada da pessoa jurídica

13.5 Desconsideração da pessoa jurídica

13.6 Penas das pessoas físicas

13.6.1 Privativas de liberdade

13.6.2 Pena de multa

13.6.3 Restritivas de direitos